

Economia Brasil

O dilema de Carajás: como tirar ouro do nariz.

O que mais nos inquieta quando tentamos analisar a política econômica do atual governo e os rumos do chamado Plano Cruzado não é propriamente a teoria nele embutida, ou as premissas sobre as quais foi montado, mas sim a atitude das pessoas do governo ao comunicarem ao público aquilo que estão pensando, o que é que estão discutindo e o que se propõem ou pensam fazer.

- 4 JUN 1986

Nesse aspecto fundamental, o do relacionamento do governo com a opinião pública, quase nada mudou em relação ao regime que tivemos antes da Nova República.

Não sabemos bem por que a atitude geral das autoridades, particularmente daquelas que ocupam cargos mais técnicos, e portanto têm até obrigação de dar explicações mais claras, é, diríamos, senão de repúdio à imprensa, certamente de enfado diante dela. A imprensa em geral continua a ser tratada como intrusa, como bisbilhoteira, e não como instrumento importante de entrosamento entre o governo e o público. Todos sabemos que o Brasil tem problemas de tal dimensão e de tal natureza que eles só podem realmente ser resolvidos e superados quando e se houver total compreensão sobre a natureza desses problemas e sobre as implicações das terapêuticas recomendadas. Total compreensão por parte do público e por parte do governo, além de ação comum, do governo e do público, na mesma direção. Os percalços da reforma agrária não têm sido, todavia, suficientes para convencer os governantes da inconveniência da má avaliação de um problema e da má informação sobre o que se pretende fazer em relação a ele.

A informação exata, o esclarecimento preciso, a instrução correta, a elucidação pertinente são elementos preciosos e imprescindíveis na comunicação entre governo e público, que deve ser ampla, total e irrestrita. A **full disclosure**, neste momento, a respeito de como as autoridades entendem os problemas e pensam lidar com eles é um imperativo essencial para o trabalho conjunto de superação das nossas dificuldades nacionais. Afinal, quando Sarney, na fase de lançamento do Plano Cruzado, precisou mobilizar a opinião pública, os meios de comunicação lhe deram apoio total.

No entanto, o que se vê, na prática, neste momento, são autoridades sempre correndo, sempre atabalhoadas diante de microfones e câmaras de televisão, ou em meio a grupos de repórteres, dando meias-respostas, fabricando evasivas, tentando, enfim, despistar a imprensa. O objetivo parece ser o de encobrir permanentemente o que é que o governo anda pensando ou fazendo, exatamente como acontecia no regime anterior.

A reunião de Carajás foi mais um caso típico. Além da limitação ao acesso da imprensa e das poucas e vagas notícias sobre o que se tratava naquela reunião, seus participantes saíram de lá, mais uma vez, reticentes e tatibitantes, "sovinando" informações, como diria o povo. Algumas respostas às muitas perguntas, ao invés de contribuírem para a informação, contribuíram para a desinformação, e a sensação que se tem quando se vêem, na TV, autoridades falando com repórteres é que se trata do diretor do grupo escolar se dirigindo à petizada.

De onde saiu, por exemplo, essa idéia de que a economia brasileira pode e deve investir, a cada ano, 23% do seu PIB? Provavelmente do desejo de fazê-la crescer a uma taxa compatível com suas necessidades de geração de empregos. Com aquela taxa de investimento — que hoje representaria Cz\$ 713 bilhões aproximadamente, uma vez que o PIB está calculado em Cz\$ 3,1 trilhões (ou 221 bilhões de dólares) — a economia poderia dobrar de tamanho mais ou menos a cada sete ou oito anos. É fácil, portanto, compreender o desejo de investir 23% do PIB. O difícil é entender o esforço que será necessário para isso, e aceitar o sacrifício, uma vez que essa taxa de investimento corresponde à dos melhores anos da economia brasileira, quando a entrada líquida de poupança externa representava cerca de 4% a 5% do PIB. Portanto, a taxa de investimento derivada da poupança estritamente nacional nunca chegou a ser maior do que 18% ou 19% do PIB. Aumentar essa poupança, para elevar a taxa de investimento, implica necessariamente, senão a curto, pelo menos a médio e longo prazo, em reduzir o nível de consumo nacional.

Por isso, um governo que pretende aumentar a taxa interna de poupança, para apressar o crescimento da economia — o que é perfeitamente justo em um país em desenvolvimento — deve estar preparado para explicar corajosamente ao público que isso só pode ser feito num regime de controle das rendas e do consumo pessoais, inclusive de controle de salários, num regime de austeridade e não de festas. A menos que pense tirar ouro do nariz, como na poesia de Drummond.

Pode-se financiar o investimento, como já fizeram governos anteriores, sem reduzir a taxa de consumo, sem forçar aumento da poupança. Mas isso apenas antecipa a contribuição da poupança interna para o investimento. Algum dia ela terá que ser feita, sob forma de cobrança da remuneração do investimento. É o que acontece hoje com a dívida externa: os governos brasileiros primeiro financiaram o investimento, antecipando poupança não existente; depois pensaram que a remuneração desse financiamento poderia ser eternamente coberta com novos financiamentos; a crise financeira internacional mostrou que isso não era possível, e hoje a transferência de 4 a 5% do nosso PIB para o exterior, sob forma de serviço da dívida, corresponde, aproximadamente, ao complemento da poupança interna pelos empréstimos externos da época em que se pretendeu exacerbar a relação investimento/PIB.

O que temos é o seguinte: a taxa de poupança natural, normal, da economia brasileira é insuficiente para se fazer a economia dobrar em 7 ou 8 anos. Por quê? Porque é uma economia "consumista", no sentido de que existem carências formidáveis, e um alto nível de consumo insatisfeito ou insatisfatório. A tendência geral do público brasileiro é mais para consumir do que para poupar. E assim será por muitos anos ainda.

Portanto, a estratégia correta para se aumentar o investimento global da economia, para aumentar a poupança interna, é estimular a entrada de investimentos diretos estrangeiros, que vêm para ficar, para ajudar a construir a nossa economia, e só são remunerados se por sua vez gerarem lucros. Uma estratégia como essa choca-se, todavia, com a exacerbação xenófoba notada neste governo e reforçada a cada dia.

Outra idéia confusamente comunicada depois da reunião de Carajás foi a da criação dessa **holding** das estatais. Sobre isso faremos, no entanto, um outro comentário.